

**DIENI KELLY DE LIMA CORREA**

**UM ESTUDO REFLEXIVO DO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA EM  
RELAÇÃO ÀS VARIEDADES LINGUÍSTICAS EM SALAS DO SEXTO ANO  
DA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO EDUCACIONAL LINDOLFO JOSÉ  
TRIERWEILLER.**

**SINOP-MT**

**2013**

**DIENI KELLY DE LIMA CORREA**

**UM ESTUDO REFLEXIVO DO ENSINO DA LÍNGUA MATERNA EM  
RELAÇÃO ÀS VARIEDADES LINGUÍSTICAS EM SALAS DO SEXTO ANO  
DA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO EDUCACIONAL LINDOLFO JOSÉ  
TRIERWEILLER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Departamento de Letras, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *Campus* de Sinop, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Tânia Pitombo de Oliveira

**SINOP - MT**

**2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

---

**Dieni Kelly de Lima Correa**  
**Discente**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Tânia Pitombo de Oliveira**  
**Departamento de Letras/ Orientadora**

---

**Profa. Ms. Neusa Inês Philippsen**  
**Departamento de Letras/ Banca Examinadora**

---

**Prof. Marcos Fábio da Silva**  
**Departamento de Letras/ Banca Examinadora**

---

**Profa. Dra. Tânia Pitombo de Oliveira**  
**Coordenadora de TCC**

---

**Prof.Dr. Henrique Roriz Aarestrup Alves**  
**Coordenador do Departamento de Letras**

---

**Prof. Dr. Genivaldo Rodrigues Sobrinho**  
**Diretor da FAEL - Faculdade de Educação e Linguagem**

---

**SINOP**  
**2013**

Aos meus pais, que considero meus melhores professores, pois foram eles que me ensinaram a trilhar no caminho do bem e acreditar em mim mesma.

Agradeço em primeiro lugar à Deus pela dádiva da vida , por me ajudar a vencer esse desafio que foi a pesquisa, a minha orientadora Tânia Pitombo de Oliveira que com serenidade e bondade me ajudou na realização deste trabalho, mostrando que é possível superar os desafios que a vida nos coloca, a todos os professores que fizeram parte da minha alfabetização até a graduação, em especial agradeço à professora Neusa Philippsen por sua amizade, por ter acreditado na minha capacidade e me ajudado quando precisei de um conselho, e ao meus pais , por estarem ao meu lado a todo momento não deixando que eu desistisse .

A todos os meus colegas do curso que me apoiaram e que me incentivaram durante essa caminhada, em especial as minhas amigas Maristela Dürks, Natália do Rosário e Maria Lúcia. Não poderia deixar de agradecer ao professor entrevistado e os alunos em me ajudar na realização da pesquisa e à banca avaliadora pelas sugestões.

Ensinar não é transferir conhecimento,  
mas criar as possibilidades para a sua  
própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

CORREA, Dieni Kelly de Lima. 2013. **Um estudo reflexivo sobre o ensino da língua materna em relação às variedades linguísticas em salas do 6º ano da Escola Municipal Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller.** Trabalho de Conclusão de Curso. – UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. *Campus* Universitário de Sinop.

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo averiguar como se dá o processo de ensino-aprendizagem da língua materna em relação às variedades linguísticas em salas do 6º ano da Escola Municipal Lindolfo José Trierweiler. Apresentaremos um panorama da história da educação no período da colonização do Brasil; início do ensino da língua portuguesa, as mudanças na educação e o ensino da língua no século XXI. Serão apresentadas análises de atividades do livro didático relacionadas à temática da pesquisa e entrevistas com professor e alunos do sexto ano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Materna, Variação Linguística, Preconceito Linguístico, Processo Ensino-aprendizagem.

CORREA, Dieni Kelly de Lima. 2013. **A reflective study on the teaching of language in relation to linguistic varieties rooms in the 6th year of the Municipal School Educational Center Lindolfo José Trierweiler.** Course Conclusion Paper. – UNEMAT – State University of Matogrosso. University *Campus* of Sinop.

**ABSTRACT:** This Work aims to find out how is the process of teaching and learning in relation to linguistic varieties rooms in the 6th year of school Lindolfo José Trierweiler. We give an overview of the history of education during the colonization of Brazil; early Portuguese language teaching, changes in education and language education in the XXI century. Analyzes will be presented for the textbook activities related to the topic of research and interviews with teachers and pupils of the sixth year.

**KEYWORDS:** Mother Language, Linguistic Variation, Linguistic Prejudice, Teaching-Learning Process.



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo de caso, com entrevistas semiestruturada que se desenvolve com base no tema Ensino Aprendizagem da Língua Portuguesa em relação às variedades linguísticas.

Para Vergara (2000, p.49), estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades entendidas esta como uma pessoa, uma família, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país.

Segundo Manzini (1990/1991, p.154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual elaboramos um roteiro com perguntas principais, completadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentânea da entrevista.

A pesquisa tem como objetivo compreender como o docente de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental do sexto ano da escola Municipal Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller está trabalhando a relação ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa e mostrar como o livro didático sexto ano “*Português, ideias e linguagens*” aborda essa temática.

Como acadêmica do curso de Letras, trabalhando na área de pesquisa com a linguagem e futura professora do Ensino Fundamental me preocupo com o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. A pesquisa é importante para os movimentos entre os conceitos de Norma Padrão, Língua Culta, Língua, dialeto e porque faz com que eu compreenda melhor o processo de ensino da Língua Padrão institucionalizada pela escola.

Para pensar a questão da temática, se faz necessário iniciar as reflexões pela leitura dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que têm como objetivo padronizar a educação no Brasil. Para isso, os PCNs (1997) sugerem que o ensino de Língua Materna se desenvolva a partir de atividades que envolvam o uso da Língua, como produção e compreensão de texto oral e escrito em diferentes gêneros.

Ao pensar a relação entre preconceito e normatização durante anos na educação Brasileira, os PCNs (Parâmetros Curriculares) procuram normatizar padrões de ensino da língua nas escolas públicas brasileiras e sugerem que o ensino da variação linguística deve estar presente nas atividades de língua portuguesa. Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental colocam que no processo ensino-aprendizagem os alunos devem aprender conhecer e compreender as variações linguísticas presentes na sociedade.

Segundo Ilari (2006), as escolas não têm trabalhado a partir de um plano voltado para enriquecer sistematicamente a competência linguística do aluno, ou seja, a concepção de língua/linguagem e sociedade são deixadas para trás, pois para muitas escolas o importante é conhecer a gramática tradicional e dominar todas as regras gramaticais. As variações que acontecem na língua, em alguns casos, são vistas como “erros” de pronúncia.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares) colocam que o papel da escola é formar sujeitos críticos, questionadores, capazes de investigar, articular, descobrir de forma ativa os objetos do mundo, e a linguagem a que eles são expostos. Além disso, oferecer o convívio do aluno com a linguagem é oferecer-lhe o convívio com práticas sociais de compreensão e produção de textos e de análise linguística, nas modalidades orais e escritas, de maneira constante e progressiva e em sua diversidade.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos: No primeiro capítulo fizemos uma contextualização histórica da educação no Brasil; no segundo capítulo trabalhamos com os conceitos de variação linguística e língua, a contribuição da sociolinguística para o ensino da língua portuguesa no Ensino Fundamental e a noção de preconceito linguístico. No terceiro capítulo analisamos as propostas apresentadas pelo livro didático ideias e linguagens, temporalidade, as noções de língua “cultura” e padrão, noção de “erro” e análise das entrevistas com o professor do sexto ano e dos alunos. Para o desenvolvimento teórico do trabalho, utilizo referenciais teóricos da Análise do Discurso e da Sociolinguística.

## **1- BRASIL: UM BREVE OLHAR NA SUA HISTÓRIA**

O surgimento da Língua Portuguesa está relacionado ao processo da formação da Nação Portuguesa. Na região central da atual Itália, o Lácio, vivia um povo que falava latim. Nessa região, posteriormente foi fundada a cidade de Roma. Esse povo foi crescendo e anexando novas terras a seu domínio. Os romanos chegaram a possuir um grande império, o Império Romano. A cada conquista, impunham aos vencidos seus hábitos, suas instituições, os padrões de vida e a língua.

Assim afirma Afonso (2008).

A língua portuguesa pertence ao grupo das línguas românicas, e teve a sua origem no latim falado, levado para Península Ibérica por volta do século II A.C, como consequência das conquistas políticas do império Romano que tinha como língua o latim. Esse povo criou, a partir do século IV, um império e com sua expansão, os romanos impuseram a implantação do latim na Península Ibérica construindo fator decisivo para a formação da Língua Portuguesa. (Afonso, 2008, p.1).

Pensando agora a formação da Língua Portuguesa no Brasil, o português do Brasil formou-se da interação entre a língua do colonizador, e as numerosas línguas indígenas brasileiras (principalmente o tupi, língua falada em toda costa brasileira e, por algum tempo, língua geral do Brasil colônia); as línguas africanas provenientes do tráfico negreiro e as línguas dos que imigraram da Europa e da Ásia, a partir dos meados do século XIX. À medida que foi aumentando o número de portugueses imigrantes, o português se fortaleceu e se sobrepôs sobre a língua geral.

Em 1758, a língua portuguesa é imposta por iniciativa do Marques de Pombal, Ministro de Dom José I Rei de Portugal, proibindo o uso da língua geral na colônia e o seu ensino nas escolas. Assim, os índios não poderiam usar oficialmente nenhuma outra língua que não fosse a portuguesa.

Conforme expõe Mariani:

Desde a colonização, vários fatores contribuíram para a existência de uma diversidade linguística, que incluía, além de múltiplas línguas indígenas existentes, o tupinambá ou, como foi denominada posteriormente pelos colonizadores, a língua geral, línguas européias – como o espanhol, o Francês e o inglês - o latim, as línguas africanas,

bem como a própria língua portuguesa e, com o passar do tempo, um nascente português brasileiro. (MARIANI, 2004, p.22)

Pensando a questão das variedades linguísticas e as questões culturais da nação Brasileira, podemos notar com as palavras de Mariani (2004) é que o Brasil nunca teve e nunca terá uma língua homogênea. Aliás, não existe e nem existirá um país com uma língua homogenia.

### **1.1 Brasil Colônia**

Dada a interação dos colonizados e colonizadores, o Brasil passou a ter uma língua oficial, a Língua Portuguesa que era somatória dos diversos falares e línguas praticadas na colônia.

Os caminhos percorridos pelo ensino no Brasil tiveram início com a educação jesuítica, cujo objetivo era “catequizar” e “alfabetizar” os indígenas.

O ensino limitava-se as escolas de ler e escrever, mantidas pelos jesuítas. Nos cursos chamados secundários, eram estudados gramática latina, retórica e grandes autores clássicos. Vale ressaltar que a educação tinha objetivos pedagógicos voltados para os interesses dos colonizadores.

Conforme destaca Piletti:

No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu trabalho missionário, procurando salvar almas, abriram caminhos a penetração dos colonizadores, com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. (PILETTI, 2000, p.33)

Com a expulsão dos jesuítas a educação fica desorganizada e alguns poucos letrados preencheram a lacuna deixada no ensino, a educação passa a ser gerida pelo Estado e enfrenta a primeira reforma de ensino do país, sendo criadas por Pombal as escolas régias oficializando o ensino da Língua Portuguesa.

## **1.2 Brasil Império**

Em janeiro de 1808, Portugal estava prestes a ser invadido pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Sem condições militares para enfrentar os franceses, o príncipe regente de Portugal, D. João, resolveu transferir a corte portuguesa para sua mais importante colônia, o Brasil. Contou, neste empreendimento, com a ajuda dos aliados ingleses.

Com a chegada da família real ao Brasil, em 1808 e com a independência em 1822, pouca coisa foi feita pela educação, a preocupação do governo na época estava relacionado à formação das elites dirigentes do país.

Nesse sentido Aranha afirma que:

[...] o governo se desinteressava da educação popular e também da formação técnica, privilegiando as profissões liberais destinadas a minoria. Da mesma forma, até pouco tempo a historiografia voltava a atenção para a formação das elites políticas e intelectuais, e menos para esse segmento da educação. (ARANHA, 2006, p.228)

Nessa época não foi formado um sistema nacional de ensino integrado, que atendesse a todos os graus e modalidades, o governo focalizou a educação em cursos de formação secundária e dos exames nos cursos superiores. A educação para os indivíduos de classes baixa são deixadas de lado.

Ao término do período colonial, o Brasil não tinha um sistema de ensino integrado e não havia universidades, apenas escolas de nível superior. Percebe-se nesse período o descaso do estado em relação ao ensino.

## **1.3 educação a partir de 1930**

A década de 1930 foi um marco para o país brasileiro entrar no mundo capitalista. O período se destacou devido o processo de intensificação da industrialização sob a base urbana e êxodo rural.

No Brasil, com a expansão do capitalismo, a classe burguesa mostrou a necessidade de reformas no sistema educacional, dando ênfase em duas vertentes: uma escola voltada para a burguesia e escolas profissionalizantes voltadas para os trabalhadores.

Esse interesse se deu pelo fato do mercado de trabalho requerer mão de obra para o novo aparato urbano-industrial de metal e mecânica: indústria de base. Para isso foi necessário o investimento na educação e o aceleração do processo urbano. Surgiu a partir daí uma classe, a classe média, que começou a participar cada vez mais a cobrar mais iniciativas do governo.

Conforme Piletti:

[...], a partir de 1930, verifica-se algumas conquistas democráticas e trabalhistas, voto aos maiores de dezoito anos ambos os sexos, jornada de oito horas de trabalho, férias renumeradas, salário mínimo, etc. No campo educacional também verificaram importantes mudanças, como o estabelecimento de uma política educacional da educação. (PILETTI, 2000, p.55)

Um momento marcante na década de 1930 é o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e o documento era um projeto de reconstrução educacional no Brasil, que visou a educação como um direito de todos, cabendo ao Estado o papel de promovê-lo.

Mediante vários pontos tocados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, vale ressaltar alguns pontos inovadores e de grande contribuição. O primeiro deles diz respeito à própria caracterização da educação brasileira. Os pioneiros eram a favor de uma educação pública, gratuita, mista, laica e obrigatória, sendo assim, o estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. O Estado, para este fim, deveria proporcionar uma escola de qualidade e gratuita, possibilitando assim a concretização do direito biológico dos indivíduos à educação e, tendo em vista os interesses dos indivíduos em formação e a necessidade de progresso, consideraram que esta educação deva ter caráter obrigatório.

Contrários ao costume de muitas escolas da época, os pioneiros pronunciaram-se favoráveis à escola mista e, questionando os princípios da educação católica, defendem uma educação laica, o que distanciaria a educação de questões religiosas e aproximaria das questões sociais, dando oportunidades iguais a pessoas de ambos os sexos, e de diferentes credos e camadas sociais.

#### **1.4 Contexto do ensino da língua portuguesa no Brasil: a variedade vai à escola**

A disciplina de Língua Portuguesa passa a integrar os currículos escolares Brasileiros, a partir das últimas décadas do século XIX.

Conforme relata Soares(2001) apud Bezerra (2005)

O que havia antes era o ensino de português para a alfabetização, após isso, o grupo social que continuava os estudos era da classe social mais abastada, de elite, que tinha práticas de leitura e de escrita em meio social, que falava uma variedade tida como culta, de prestígio, a mesma que a escola usava e queria ver sendo usada. Assim ensinar o Português era levar ao conhecimento (ou reconhecimento) dos alunos as regras gramaticais de funcionamento dessa variedade linguística de prestígio. (Soares 2001 apud Bezerra 2005, p. 44)

Como lembra Bezerra (2005) até por volta da década de 50 estudava-se o português nos próprios manuais de gramática, pois o público que tinha acesso a escola falava o português tido como padrão, modelo a ser seguido, tinha práticas de leitura e escrita em suas famílias, indo a escola para estudar sobre a língua.

Em 1971, a história da educação Brasileira começa a mudar. Depois de muitos anos de luta em prol um sistema educacional onde todos tivessem acesso a educação, surge nessa época a lei que ampara o direito a educação independente do nível social do indivíduo.

A Constituição 5.692/ 71 Capítulo II, artigo 20 declara que:

O ensino de 1º grau será obrigatório a partir dos 7 aos 14 anos cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. Parágrafo único. Nos estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.

A partir do momento que o ensino passa a ser obrigatório e público, as escolas começam a ter um grande fluxo de criança de várias classes sociais e de diferentes etnias, todas elas com sua forma particular de falar. Cria-se aí um problema, pois a instituição escola não estava preparada para lidar com a diversidade de traços linguísticos da população brasileira.

O motivo do despreparo da instituição escolar em lidar com as variedades linguísticas que foram para a escola, não estava só relacionado em ensinar a variedade – padrão para essas crianças, mas também como lidar com os traços linguísticos vindo de casa.

Para Bezerra (2005, p. 44), “do ponto de vista linguístico, concebia-se, na década de 70, a língua como instrumento de comunicação” (...)

Sendo a língua um instrumento de comunicação, o ensino teria que estar voltada para a prática tanto da língua escrita quanto da língua oral.

A partir de 1980, o ensino é reestruturado, os livros didáticos se multiplicam e modificam-se os exercícios trazidos, ao invés de trabalhar só a gramática isolada, começam aparecer histórias em quadrinhos e outros gêneros textuais.

Os materiais didáticos começaram a adequar-se às novas exigências do ensino, porém foi insuficiente, pois a instituição escola não se adequou para as mudanças no ensino. O material didático reformulou seus conteúdos, porém não mostrou de que forma o educador poderia adequar-se aos conteúdos propostos.

Não houve um manual de instrução que ensinasse o docente a como trabalhar essas questões. Lembrando que o trabalho - professor está vinculado a um aparelho ideológico do Estado, sendo assim os conteúdos são impostos e o educador tem que adequar-se as exigências dos PCNs.



## 2- LÍNGUA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Os seres humanos estão sempre interagindo uns com os outros. A interação se dá através da língua. De acordo com as vertentes da sociolinguística, a língua é heterogênea, está sempre em processo de mudança. A língua é uma atividade social produzido por todos seus falantes cada vez que interagem por meio da fala ou da escrita.

Nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa encontramos a seguinte afirmação:

A língua é “[...] um sistema de signo histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Aprendê-la é aprender não só palavras, mas também os seus significados culturais, e com eles, os modos pelos quais as pessoas [...] entendem e interpretam a realidade e a si mesmas”. (PCN, 1998, p.24)

Para Luft, a língua é viva sendo assim:

Uma língua viva está em constante evolução: dialetos, gírias, neologismos, estrangeirismo, tudo faz parte dela, dessa ebulição que mantém animada. Portanto ainda que hoje se conseguisse uma gramática explícita do português brasileiro, digamos da década de 90, em breve ela estaria desatualizada, e o professor, obrigado a novos ajustes. (LUFT, 2002, p.98)

Como vimos no fragmento acima, a língua Portuguesa como todas as outras línguas não apresenta uma uniformidade na fala. A variação linguística acontece em todos os níveis de funcionamento da linguagem.

Onde tem variação linguística sempre tem o julgamento sobre língua como certa ou errada feia ou bonita, pois algumas pessoas que utilizam a Norma Padrão na fala não aceita ouvir alguém utilizar uma variedade.

Sobre isso (Scherre apud BAGNO) explica que:

A língua materna de uma comunidade é o seu legado maior. Tenha ou não prestígio, ela tem que ser respeitada, porque além de ser completa e perfeita do ponto de vista linguístico, ela faz parte da identidade de seus falantes. (...). O respeito pela língua materna de um povo indica o nosso crescimento como seres humanos. Indica a nossa capacidade de viver em verdadeira democracia. (SCHERRE, 1999 Apud BAGNO 2002, p. 242)

Do ponto de vista da ciência da linguagem, nenhuma variedade tem mais valor do que qualquer outra. Seria extremamente absurdo afirmar que existe uma língua melhor do que a outra ou que é mais bonita. O que acontece é que temos uma variedade de prestígio que é imposta e temos que seguir.

## **2.1- Contribuição da Sociolinguística para o ensino da Língua portuguesa**

O homem sendo um ser social necessita se comunicar, e essa comunicação vem de forma espontânea, através da fala individual do usuário da língua. Nos estudos feitos acerca da linguagem buscou-se encontrar respostas para entender a relação entre linguagem e sociedade, haja vista que esses elementos estão intimamente ligados, pois em qualquer período o homem sempre utilizou uma forma de comunicação: nos primórdios a comunicação oral e em seguida, a escrita. Essas duas modalidades fazem parte de um sistema linguístico de uma comunidade linguística, o qual permite ao ser humano estabelecer contato com o outro e interagir.

A sociolinguística é o ramo da linguística que estuda a relação entre língua e a sociedade. As primeiras investigações acerca de estudos sociolinguísticos surgiram a partir de Willian Bright (1966) e Fishman (1972).

A sociolinguística também é conhecida como teoria da variação, preocupa-se em estudar a língua em uso na comunidade de fala.

Bright (1966) afirma que a “diversidade linguística” é precisamente a matéria que trata a sociolinguística. Segundo ele, a sociolinguística se ocupa em estudar a língua em sua funcionalidade.

O termo sociolinguística fixou-se em 1964, com William Labov, que fixou um modelo de descrição e interpretação do fenômeno linguístico no contexto social de comunidades urbanas. Conhecido como sociolinguística variacionista ou teoria da variação.

Labov sublinha o papel decisivo dos fatores sociais na explicação da variação linguística (diversidade linguística) e relaciona fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento linguístico. Dentre esses fatores trabalharemos somente com os fatores idade e origem étnica.

Conforme mostra Molica e Braga em seu livro *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*,

Ao estudarmos qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a sociolinguística reserva o nome de variedades linguísticas. O conjunto de variedades linguísticas utilizado por uma comunidade é chamado repertório verbal. (MOLLICA/BRAGA 2003, p.30)

Nas comunidades escolares nota-se um conjunto de Variedades Linguísticas e junto com elas um forte preconceito linguístico da parte dos falantes que falam de acordo com a norma padrão.

Conforme os PCNs (1997, p. 29)

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica do uso da língua.

Relacionar o uso de uma variação linguística com o falante menos escolarizado, não cabe nos processos de estudo da linguagem. Todos nós temos nossas variedades. Nas relações de força e poder presente na sociedade brasileira, encontramos variedades denominadas por Tarallo (1990) com prestígios (língua padrão) e outras sem prestígios (variedades linguísticas).

Nesse sentido,

As variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão vs. não padrão, conservadoras vs. inovadoras, de prestígio vs. estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é o mesmo tempo conservadora e aquela que goza do prestígio socioeconômico na sociedade. (TARALLO1990, p.12)

BAGNO (2007) define a língua, na concepção da sociolinguística. Sendo assim,

(...) a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. Ao contrário de um produto pronto e acabado, de um monumento histórico feito de pedra e cimento, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendidos por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. (BAGNO, 2007, p.36)

Atualmente, diversos linguistas ressaltam a importância de compreender as variações linguísticas no processo ensino-aprendizagem de Língua Materna, pois a mesma, além de provar que nossa língua continua viva e dinâmica, desmistifica o mito da “unidade linguística”.

Não existe uma língua estável. O movimento é constitutivo dos processos de linguagem. Assim como as pessoas mudam com o passar do tempo, a língua também muda. Dessa forma, “A língua que falamos hoje no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo no início da colonização, e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo dentro de trezentos anos”. (BAGNO 2000, p.22)

No ponto de vista de Murrie (1994, p.73), “A língua está em constante mudança, ela varia de acordo com as necessidades sociais de uma determinada época e os falantes e os escritores se adaptam as transformações”.

Os fatores extralinguísticos que auxiliam na identificação dos fenômenos de variação linguística são eles:

*Origem geográfica* – a língua varia de um estado para o outro, de uma cidade para outra ou até mesmo dentro de uma mesma cidade;

*Status socioeconômico* – as pessoas que tem uma renda muito baixanão falam do mesmo modo que as pessoas que tem uma renda maior;

*Idade*: os adolescentes não falam da mesma maneira que seus pais e nem seus pais da mesma maneira que as pessoas das gerações passadas;

*Sexo* - homens e mulheres fazem uso diferenciado dos recursos que a língua oferece;

*Mercado de trabalho*: cada profissão utiliza sua própria linguagem, como por exemplo, um bombeiro não utiliza a mesma linguagem que um advogado;

*Redes sociais*: cada pessoa adota comportamentos semelhantes aos das pessoas que convivem em sua rede social; entre esses comportamentos está o comportamento linguístico;

## 2.2 Preconceito Linguístico

Entende-se por preconceito linguístico o julgamento contra as variedades linguísticas. O preconceito linguístico assim como os outros tipos de preconceito é algo que cresce cada vez mais. Nasce de falsas ideologias que as pessoas insistem em acreditar.

Conforme Antunes (1937 p.25-26), a cultura do erro no espaço da escola e nas folhas, ondas e imagem da mídia, têm reforçado essas distorções acerca do fenômeno linguístico e tem alimentado as confessadas ou discretas manifestações do preconceito linguístico.

Perceber-se no fragmento o quanto a cultura do “erro” é disseminada, ainda que ingenuamente, no espaço escolar. Isso reforça as distorções sobre o fenômeno linguístico e alimenta o preconceito, inclusive entre falantes da mesma variedade. Reafirmando que os alunos aprenderam a ver nas diferenças simplesmente, “erros”. No entanto, o que se vê é que mesmo com os avanços das pesquisas linguísticas, ainda prevalece na escola um discurso autoritário com o tom de “certo” e “errado”, sendo estigmatizadas as variedades que se distanciam daquela considerada padrão.

BAGNO (1999, p.40) afirma que o preconceito linguístico nasce de uma concepção de língua homogênea. É a discriminação por meio da linguagem. Infelizmente, essa discriminação por meio da linguagem, não é um problema atual, no Brasil, existe desde que os portugueses colonizaram o país. Os “povos que vinham para o Brasil eram discriminados por não saber falar o português “correto”, o português “puro”, o “correto” português, o português sem sotaques. Entre os povos discriminados estão os alemães; italianos, entre outros. Não é só no Brasil que o preconceito linguístico está presente.

No livro *A língua de Eulália*, Bagno (2000, p.34-35) afirma que o preconceito linguístico não ocorre somente no Brasil. Sendo assim: “Os portugueses dizem que os Brasileiros falam o português “errado”. Os franceses dizem que os belgas e os suíços falam o francês “feio”. Os ingleses acusam o norte - americanos de “deturparem” a língua de Shakespeare”. (BAGNO 200, p.34-35)

Partindo pelo viés que a língua é viva, que ela muda com o passar do tempo, desconsidera-se o erro na língua,

[...], do ponto de vista exclusivamente científico, não existe erro em língua, o que existe é variação e mudança, e a variação e a mudança não são acidentes de percurso: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza mesmas de todas as línguas humanas vivas. (BAGNO 2002 p.71-72).

Em nossa sociedade, as variações linguísticas estão sendo tachadas como “erro”:

A noção de “erro”, em língua, tem a mesma origem das outras concepções de “certo” e “errado” que circulam na nossa sociedade. Assim é bom lembrar logo de saída que todas as classificações sociais e culturais de “certo” e “errado” são resultantes de visões de mundo, de juízos de valor, de crenças culturais, de ideologias e, exatamente por isso, estão sujeitas a mudar com o tempo. (BAGNO, 2007, p.61)

Soares (1987) enfatiza que:

O critério de “certo e errado” é uma questão política, economia e social. Em uma sociedade capitalista, dividida em classe, há imposição dos valores de classe dominante sobre a dominada. A escola como parte da sociedade reproduz esses valores, usa e quer ver usado por todas as culturas e a língua escrita padrão da elite dominante. (SOARES 1987, p.56)

Assim não podemos dizer que uma língua é feia ou bonita, rica ou pobre, certa ou errada. A linguagem é adequada ou inadequada dependendo do ambiente que estamos, sendo assim, a língua deve ser analisada em seu contexto de uso, pois nem todos os lugares são propícios para a utilização de variedades linguística ou gírias. Não existe uma língua certa ou errada, o que acontece é que as pessoas ganham características da cultura onde vivem. A língua incorpora novos sons, novos vocábulos.

Bagno (2003) aponta que:

[...], para designar o modelo ideal de língua “certa”, muitos linguistas tem proposto o termo norma- padrão. Ele serve muito bem, me parece, para designar algo que está fora e acima da atividade linguística dos falantes. Embora algumas pessoas também usam as expressões língua-padrão , dialeto- padrão e variedade padrão , eu prefiro ficar com norma padrão , porque, se é ideal , se não corresponde integralmente a nenhum conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes, não pode ser chamada de “língua”, nem de “dialeto” , nem de variedade . É uma norma [...]  
(BAGNO 2003 p.64-65).

Possenti em seu livro: *Por que (não) ensinam gramática na escola*, explica que: “O domínio da Norma padrão consiste, em especial, na aquisição de determinado grau da escrita e da leitura, isto é, que o aluno consiga escrever sem traumas, diferentes tipos de textos e ler produtivamente também textos variados”. (POSSENTI, 2000, p. 40).

Autores como Bagno (2007), Soares (1987) e Antunes (1937), propõem que o ensino da língua portuguesa se de forma que o educador enriqueça o conhecimento linguístico do aluno sem que o docente se pautar apenas na variante de prestígio, a padrão.

A partir do momento em que o educador está ensinando a variante de prestígio ele já está enriquecendo o conhecimento linguístico do aluno, porém não é suficiente num ensino de língua, pois o discente precisa conhecer e compreender a pluralidade linguística que está a sua volta para compreender e aceitar as diversidades linguísticas sem cometer nenhum tipo de preconceito. É por isso que muitos estudiosos sugerem que o ensino de língua portuguesa se de a partir de atividades que envolvam o uso da língua.

### 3-VARIEDADE LINGUÍSTICA: O LIVRO DIDÁTICO E A POSIÇÃO SUJEITO PROFESSOR

*Português Ideias e Linguagens* escrito por Dileta Demanto e Maria da Conceição é o livro didático adotado pela Escola Municipal Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller.

O título já nos chama atenção, pois a formulação “ideias” nos remete sugestões, pensamentos e “linguagens” nos remete aos vários tipos de uso da língua. As autoras nos apresentam várias linguagens que temos na língua portuguesa, diferentes ideias que fazemos.

O livro didático possui dez unidades, divididas em vários subitens.

O estudo do material didático foi feito com a unidade dois, pois esta representou a temática abordada nesse trabalho.

Analisamos “as propostas apresentada pelo livro didático como: “ideias” e “linguagens”, vícios de linguagem”, temporalidade, as noções de língua padrão e não padrão, noção de “erro”.

Esse material didático é um apoio para os educadores, as ilustrações incentivam o aprendizado e as explicações que a autoras trazem no livro são adequadas à compreensão do público do sexto ano.







### 3.1 A intertextualidade imagética, cromatográfica e escrita no poema *Vício na fala*

Unidade  
2

*Vício na fala*

Para dizerem milho dizem mio  
Para melhor dizem mió  
Para pior pió  
Para telha dizem teia  
Para telhado dizem teiado  
E vão fazendo telhados.

(Oswald de Andrade. *Vício na fala*. Pau Brasil, 2. ed. São Paulo, Editora Globo, 2003. p. 119.)



40

O poeta e intelectual brasileiro, Oswald de Andrade em 1922, ao escrever o poema “*Vício na fala*”, enfatiza a busca por uma língua brasileira. O poema é apresentado na unidade dois do livro didático, observa-se uma textualidade escrita, imagética e cromatográfica.

Na textualidade cromatográfica pode-se notar que existe uma relação entre as cores das imagens e a condição social dos sujeitos representados. Na imagem preta e branca, nota-se foto de um homem na posição do corpo curvado trabalhando na lavoura. A posição em que se encontra, suas vestimentas reflete sua condição social e o trabalho incessante de exercícios repetitivos.

Na imagem colorida, observa-se uma pintura que retrata a opulenta condição da sociedade aristocrata. As vestimentas da mulher, a posição em que está sentada, a criança bem vestida deixa nítida uma distinção da posição.

Assim como na textualidade cromatográfica do poema “*Vício na fala*”, na textualidade escrita podemos perceber a condição social dos sujeitos representados.

As palavras “milho”, “melhor”, “pior”, “telha”, “telhado” foram retiradas do poema e estão relacionadas à classe social do texto imagético apresentado em cores na segunda imagem e retrata o falar da sociedade aristocrática.

A representação da classe social do trabalhador rural foi feita através das palavras “mio”, “mió”, “pió”, “teia” e “teiado”.

O livro didático traz o poema “*Vício na Fala*”, entretanto não mostra de quais maneiras o educador poderia trabalhar esse texto.

### 3.1.2 A variedade linguística apresentada no livro didático

#### Asa-Branca

Quando oiei a terra ardendo  
Quá foguera de São João  
Eu perguntei a Deus do Céu, ai  
Pur que tamanha judiação?

Inté mesmo a asa-branca  
Bateu asas do sertão  
Entonce eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração

Qui braseiro, qui fornaia  
Nem um pé de prantação  
Pru farta dágua perdi meu gado  
Morreu de sede meu alazão

Hoje longe muitas légua  
Numa triste solidão  
Espero a chuva caí de novo  
Pra mim vortá pro meu sertão

(...)  
Asa Branca (Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira)  
© 1947 Fermata do Brasil / Rio Musical Ltda.

- A variante linguística utilizada na letra da música impede que brasileiros de qualquer região do país compreendam a canção?
  - O autor nos faz ouvir a voz dos retirantes, que sofrem o terrível drama das secas. Se ele tivesse utilizado a forma padrão, o efeito não seria o mesmo. Você concorda com essa afirmação? Justifique seu ponto de vista.
- Procure no texto algumas marcas da variedade não padrão da língua utilizada.
  - Observe a tira e, depois, responda ao que se pede.



Compare as falas da professora e as de Chico Bento, um garoto que mora na zona rural.

- Quem usa a variedade padrão? Por quê?
  - Quem usa uma variedade não padrão?
  - Que marcas dessa variedade você encontra na fala de Chico Bento?
  - Depois do que conversamos nesta Unidade, você diria que a professora “fala certo” e o garoto “fala errado”? Justifique.
- Você conhece outras músicas cantadas na variedade não padrão? Traga-as para seus colegas ouvirem.

No fragmento acima temos a música “Asa Branca”, a canção está representando a fala do sertanejo. Abaixo da canção temos algumas exercícios e destacamos os exercícios A e B.

O exercício a é uma proposta de reflexão sobre a variedade linguística empregada na música “Asa Branca”. Através dessa atividade o professor pode aprimorar o conhecimento linguístico de seus alunos.

No exercício B, as autoras propõem uma reflexão semântica da canção “Asa Branca”. Mediante a atividade o docente pode trabalhar a textualidade escrita em relação a condição social dos retirantes que sofreram com o terrível drama da seca.

As palavras “oiei”, “preguntei”, “foguera”, “pur que” representam o falar do povo Nordestino.

Se a canção estivesse na norma padrão não teria o mesmo efeito, pois da forma como Luiz Gonzaga escreveu mostra não só o sofrimento dos retirantes em relação a seca mas também a variação linguística utilizada naquela região.

Na atividade 6, as autoras propõem uma reflexão sobre variedade padrão e não padrão.

O exercício A e B e C da atividade 6, leva o aluno a refletir sobre a distinção entre o falar da professora que utiliza a língua padrão e do falar de Chico Bento que usa variedade linguística.

Na atividade D, temos uma proposta de análise sobre a noção de “certo” e “errado” na língua.

Os exercícios que o livro traz são apropriados para o público do sexto ano, porém o material didático não mostra como o educador poderia trabalhar essas questões.

O texto abaixo “Quem for mineiro, leia, quem não for, tente:” foi retirado para mostra a aproximação que o livro didático faz com a prática discursiva que circula na internet. Temos abaixo a textualidade escrita do falar do mineiro.

A atividade é apropriada, porém o livro didático não mostra como o educador poderia trabalhar essa e outras práticas discursivas em sala de aula.

As atividades de A a D, trazidas abaixo do poema Asa Branca mostra apenas a questão de reconhecimento da existência da variedade.

O estudo do livro didático nos aponta que a atividade escolar proposta no poema “Vício na fala”, traz questionamentos sobre: Quem usa; Por que usa, entretanto, não mostra de quais maneiras o educador poderia trabalhar esse texto.

O texto a seguir “Quem for mineiro, leia, quem não for, tente:” foi retirado para mostra a aproximação que o livro didático faz com a prática discursiva que circula na internet. Temos abaixo a textualidade escrita do falar do mineiro.

A atividade é apropriada para o público do sexto ano, porém como nas atividades da música “Asa Branca” o material didático não mostra como o educador poderia trabalhar essa e outras práticas discursivas sala de aula, são apenas exercícios de reconhecimento das variedades.

## Divirta-se

O texto abaixo tenta captar, de modo divertido, a maneira de falar em um dos estados brasileiros.

### *Quem for mineiro, leia; quem não for, tente:*

Sapassado, era sessetembro, taveu na cozinha tomano uma pimcumel e cuzinhano um kidicarne com mastumate pra fazê uma macarronada com galinhassada.

Quascaí de susto quando ouvi um barui vino de dendo forno pareceno um tidi guerra. A receita mando pô midipipoca denda galinha prassá.

O forno isquentô, ia galinha isprudiu!

Nossinhora! Fiquei branqui nem um li di leiti.

Foi um trem doidi mais.

Quascaí dendapia! Fiquei sensabê doncovim, oncotô, poncovô.

Oi procê. Qui loucura!

Grazadeus ninguém maxucô.

(Texto que circula na Internet.)

### 3.2 Cenário de Pesquisa

O *corpus* selecionado para análise foi composto de um educador de Língua Portuguesa e seis alunos do sexto ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller e análise do livro didático adotado pela escola.

A escolha dessa unidade escolar se deu por estar localizada na área central da cidade e atender a uma demanda de criança que residem em diversos bairros da cidade. A escola Centro Educacional Lindolfo José Trierweiller foi criada em 18 de janeiro de 1996, atende atualmente 735 alunos divididos em 27 salas multifuncionais, sua estrutura conta com 01 sala de recursos para portadores de necessidades visuais e uma para portadores de necessidades mentais.

A filosofia da escola visa “Ser uma escola inclusiva, eficaz e de qualidade, onde todos os alunos realmente aprendam a produzir conhecimentos, adquiram sucesso, valores morais e éticos e que todos os profissionais da educação sejam valorizados e respeitados em suas funções”.

De acordo com O (PPP, 2012) Plano Político Pedagógico dessa unidade é realizado alguns projetos como:

**I – Projeto Meio Ambiente:** O projeto tem como objetivo unir as disciplinas de Ciências, Educação Física e Língua Portuguesa no intuito de informar o aluno a respeito dos cuidados com a preservação do meio ambiente e com a saúde corporal.

**II – Projeto Bullying:** O projeto visa minimizar comportamentos inadequados (apelidos, discriminação, etc.), através da interdisciplinaridade, conscientizando os alunos da responsabilidade e do envolvimento de cada um no processo de aprimorar os relacionamentos intra e extra pessoais.

**III – Projeto Interclasse:** Oferecer para os alunos momentos de recreação e jogos; Promover a integração entre as séries e classes; Fortalecer os vínculos de amizade entre professores e alunos; Proporcionar a integração entre escola e família.

A avaliação do rendimento escolar tem por base o artigo 24 da LDB inciso 5º: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

### **3.2.1 Análises das entrevistas**

As questões elaboradas para a entrevista do professor apresentam como foco o processo ensino aprendizagem da Língua Portuguesa em relação às variedades Linguísticas com perguntas específicas:

1. Qual o papel do professor de Língua Materna?
2. A que está relacionado o “erro” de português?
3. Existe uma forma “correta” de falar?
4. Você trabalha com as variedades linguísticas? Se trabalha de que forma se dá esse aprendizado?
5. Você acha importante trabalhar as variedades linguísticas com seus alunos?
6. Quando você percebe uma grande variedade linguística como você enfrenta?

### **Entrevista com o docente**

#### **3.2.1 Papel do professor de Português**

O educador foi questionado sobre qual o papel do professor de português. Diante da questão o professor coloca que:

Essa pergunta se refere aos professores de 1ª a 4ª série. Eu vou colocar assim é estimular a pronúncia correta das palavras.  
( Professor sexto ano, Ensino Fundamental)

A resposta do entrevistado mostra como é forte a cultura do “erro” na fala, aliás, é um problema que aflige muitos professores, pois o educador é assujeitado pela a instituição escola que cobra o ensinamento da norma-padrão.

Quando o entrevistado diz que o papel do professor é “estimular a pronúncia ‘correta’ das palavras”, demonstra a visão de um ensino tradicionalista da língua.

Orlandi em seu livro “Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos”, alega que:



Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidade da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (ORLANDI, 2010, p. 16)

A análise de discurso é uma disciplina de interpretação que nos dá suporte para entender a ideologia por trás de todo discurso. Para o analista de discurso, é importante compreender as condições de produção do discurso, pois assim o interprete saberá como funciona a linguagem.

A interpretação é efeito de um trabalho histórico social, o pesquisador parte do intradiscurso (dizer) para chegar ao entradiscurso (memória discursiva). A partir daí o analista passa a entender como a linguagem esta materializada na ideologia do sujeito e como essa ideologia se manifesta na língua.

Conforme Pêcheux (1975) apud (Orlandi, 2000), “não há discurso sem sujeito e não há sujeitado sem ideologia: o individuo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua se faz. (ORLANDI, 2000, p.17)

Por meio das explicações de Orlandi e Pêcheux, compreende-se que o sujeito professor é assujeitado a pensar de tal forma, seu discurso sempre vem carregado de ideologias, não cabe a nós tentar julgá-lo, mas analisar a condição de produção em que esse discurso foi produzido, para entender o que está oculto.

### **3.2.2 A noção de "erro" no estudo da Língua Portuguesa**

Com objetivo de verificar a noção de erro na língua portuguesa no dizer desse docente, perguntei a que está relacionado o erro de português.

Está relacionado à fala e a escrita. As crianças falam erradas, porque aprende errado com os pais. Um exemplo é venha aqui fiinho Esse erro na pronúncia reflete na escrita. Isso da um trabalho na pré-escola para os professores arrumar.

No ponto de vista do educador, cabe ao professor de 1ª a 4ª série apresentar a língua materna aos alunos, digo apresentar, pois é como se fosse uma nova língua para

eles, pois quando as crianças entram na escola já possui um saber e uma gramática internalizada.

Conforme a reflexão de Irandé Antunes em seu livro: “Língua, Texto e Ensino.”

(...) a linguagem é um suporte, a medição pela qual tudo passa de um indivíduo a outro, de um grupo a outro, de uma geração a outra. E também o meio pela qual se criam e se instauram os valores que dão sentido a todas as coisas, inclusive ao próprio homem. Ninguém pode, pois reduzir a linguagem à questão menor de falar certo, de falar sem erro. (ANTUNES, 1937, p. 22)

Nessa perspectiva, a noção de “erro” ocorre devido à sociedade considerar que o correto é falar e escrever de acordo com a gramática normativa, não considerando as mudanças da língua. Contudo, é preciso compreender que a gramática normativa foi escrita por um grupo selecionado da sociedade que desconsiderou diversas variações regionais de uso da língua para contemplar apenas a variedade padrão.

O objetivo da gramática normativa, segundo Bagno era impedir a mudança e a variações linguísticas que foram vistas pelos primeiros gramáticos de forma negativa.

Assim afirma Bagno:

Por causa de seus preconceitos sociais, os primeiros gramáticos consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada, aristocrática falavam bem a língua. Com isso todas as demais variedades foram consideradas feias, corrompidas, defeituosas, pobres etc.(BAGNO, 2007, p.68)

As palavras “erradas”, “arrumar” e “fiinho” utilizadas pelo educador, mostra purismo linguístico em relação à fala do docente, uma desejo de manter a língua estável.

O fato de querer que os alunos sigam a risca a Norma Padrão tanto na oralidade quando na escrita, deve-se ao fato da instituição escola e da sociedade cobrarem essa atitude da posição sujeito professor.

A cultura do erro é tão forte no espaço da escola e nas folhas, ondas e imagens da mídia, têm reforçado essas distorções acerca do fenômeno linguístico e tem alimentado as confessadas ou discretas manifestações do preconceito linguístico. (ANTUNES, 1937, p.25)

Nas palavras de Antunes, fica implícita a falta de saber diferenciar o que realmente é “erro” e o que é manifestações de preconceito linguístico.

O “erro” na escrita mencionado pelo entrevistado é o que chamamos de marcas da oralidade.

Os discentes muitas vezes acabam transferindo sua fala para a escrita, como se as duas fossem a mesma a mesma coisa. É comum encontrarmos marcas da oralidade na produção do texto escrito, pois o aluno não consegue ou não sabe como e porque fala e escritas são modalidades distintas.

Algumas reflexões são relevantes para entendermos essa distinção entre fala e escrita, vejamos: a oralidade não se planeja; não se segue uma regra gramatical; é algo espontâneo que se dá na interação com de um individuo com o outro, já a escrita tem que obedecer a gramática normativa; o individuo tem que planeja o que escrever e fazer isso com clareza sendo objetivo.

As pessoas não precisam falar a língua padrão o tempo todo, porém na escrita não é permitido o desvio da gramática normativa. A gramática serve para que se tenha uma uniformidade da língua escrita, é uma maneira de unificação da língua Portuguesa, já na fala essa uniformidade é impossível na fala devido às diversas variedades linguísticas.

### **3.2.3 Existe uma maneira certa de falar?**

Sim, falando a Norma Padrão né!

Percebe-se na fala do educador um assujeitamento docente - enquanto prática docente ligada à instituição escola que cobra/ obriga o ensino da Língua Padrão. Enfim, se analisarmos a posição sujeito-professor entenderemos como ocorre esse assujeitamento.

O motivo do entrevistado afirmar que existe uma forma correta de falar, é consequência de um ensino tradicionalista que vem a anos tentando impor a Língua Padrão , como fosse a maneira certa de falar e escrever.

Se pensarmos essa noção conforme as reflexões de Bagno em seu livro: Preconceito Linguístico o que é como se faz. Veremos que:

Infelizmente, existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito

que escreve”, como se fosse a única maneira “certa” de falar o português (BAGNO, 1999, p.52)

Em Althusser (1970) (apud Cardoso 2003, p.49) encontramos a seguinte informação:

O sujeito da escola é de fato, um sujeito produzido pela escola, como importante aparelho ideológico do Estado.

Um sujeito assujeitado pela instituição escolar, desprovido de liberdade, exceto a de aceitar livremente sua sujeição.

Conforme as reflexões em Análise de discurso, todo dizer é carregado de ideologia, se o professor cobra do aluno que ele pronuncie da forma como se escreve é porque ele aprendeu que tem que ser assim. Não cabe aqui julgar o que o sujeito disse e sim entender o que levou a pensar ou agir de tal maneira, não se esquecendo das condições de produção do discurso e da sua posição-sujeito.

Percebe-se aí um assujeitamento na linguagem, falamos uma língua que não escolhemos.

Segundo as noções de Análise de discurso “o funcionamento da linguagem põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história. (ORLANDI 2000, p.21)

### **3.2.4 Variedade Linguística: sala de aula**

Ao educador foi perguntado se ele trabalha ou não com as variedades linguísticas e se trabalha de que forma se dá esse trabalho.

Eu não trabalho. O estudo das variedades linguísticas quem trabalha são os professores de 1ª a 4ª série.

O dilema que atinge a prática docente é de que maneira trabalhar a língua materna trazida do seio familiar, tão carregada de variedades marcadas pela origem, idade, sexo, etc.

Percebe-se uma procura incessante pela prática docente, metodologia que diga o como trabalhar a questão das variedades linguísticas trazidas em suas diversidades pelos alunos.

Sobre isso Bagno salienta que:

A maioria dos professores que estão se formando agora já tem consciência de que não é mais possível simplesmente dar as costas a todas essas contribuições da linguística moderna e continuar a ensinar de acordo com os preceitos e preconceitos da gramática tradicional. Por outro lado, ainda não sabem como concretizar essa consciência em prática de sala de aula. (BAGNO 2002, p.16-17)

Os educadores sabem que é preciso aceitar, respeitar, e trabalhar as variedades linguística em sala de aula, entretanto sentem-se despreparado para lidar com essa questão.

O educador foi questionado sobre como ele procede quando percebe a variedade na sala de aula.

Eu respeito às leis que falam da diversidade cultural.

Analisando a resposta do entrevistado, podemos perceber que é questão de compreender a relação da aceitabilidade das diversidades na prática docente que não vem escrita ou descrita em nenhum manual de ensino que possam reger ou alterar a atuação docente. Fica claro que a necessidade dos professores perceberem a importância de se trabalhar todas essas questões que envolvem o ensino da língua.

Em Antunes (1937) encontramos a seguinte afirmação:

Seria extremamente importante que a escola concedesse mais espaços a um trabalho de análise sobre os fatos da língua. Uma análise que tivesse base científica e, assim, se libertasse de impressões pessoais e das concepções ingênuas do senso comum. Uma análise que detivesse nos aspectos mais relevantes de sua constituição; ou seja, na língua enquanto fato social, vinculado à realidade cultural em que está inserida e, assim, sistema em constante mutação e serviço das muitas necessidades comunicativas de seus falantes (ANTUNES 1937, p. 30 - 31)

O estudioso Luft argumenta nesse sentido dizendo que:

Um tal ensino requer professores competentes e seguros, livres e muito bem informados do que ocorre de novo, no campo das pesquisas de língua e linguagem. Não para impingir ao aluno novas teorias e sim para junto com o aluno, praticar a língua viva, única maneira de fazer com que o estudante a domine, a maneje melhor e se sinta amo e senhor dela, e não seu servo humilhado. (LUFT, 2002, p.99)

Os pressupostos contidos nos PCNs mostram que o educando é visto como um ser social e que, precisa, portanto, ser capaz de posicionar-se diante das diferentes situações de interação social, considerando o papel fundamental que tem a linguagem na constituição dos processos de interlocução que o indivíduo vivencia, os quais a escola tem a função de ampliar. Nessa perspectiva, o domínio da língua é considerado uma das condições para a participação do indivíduo na sociedade. Sendo assim:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p. 23).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a importância da participação do aluno na construção do conhecimento e a necessidade de intervenção do professor nesse processo.

O problema do ensino de Língua Portuguesa, é que para a instituição escola é mais fácil dizer que ninguém sabe o português, do que a escola repensar o seu próprio papel. O professor é apenas o indivíduo assujeitado pelo sistema educacional.

### **3.3 Análise do *corpus* das entrevistas dos alunos**

Ao elaborar as entrevistas dos alunos houve uma preocupação de compreender o que os estudantes pensam sobre o ensino da língua portuguesa, se eles acham difícil aprender a língua portuguesa e se acham porque tem esse pensamento, o que eles entendem por “erro” de português, variação linguística e preconceito linguístico. Pergunto também se já sofreram ou cometeram preconceito linguístico. Em relação às

propostas dos PCNs de Língua Portuguesa procurei observar como o professor vê essas propostas.

Do resultado da entrevista traçou-se um paralelo entre as concepções dos entrevistados e o referencial teórico utilizado no desenvolvimento do trabalho.

### **3.3.1 “Erro” de Português na concepção dos alunos**

Após acompanhar as aulas do professor e entrevista-lo, elaborei uma série de questões que mostraram o conhecimento e a concepção que os alunos tem sobre as questões relacionadas ao ensino da Língua Portuguesa. Para iniciar as entrevista comecei perguntando o que os entrevistados entendiam por “erro” de português.

Aluno A. Ah é em relação à escrita né.

Aluna B. Que quando ela escreve errado, ela pode pronunciar certo.

Aluna C. Ah em relação à escrita.

Aluno D. Na escrita

Aluno E. Na escrita.

Aluna F. Nossa! Assim, quando você vai escrever uma palavra e erra ela.

Aluno G. Em relação à escrita.

Podemos perceber que em todas as respostas dos alunos estabelecem uma relação entre “certo” e “errado”, o “certo” está relacionado à escrita padrão (escola), o “errado” está relacionado à oralidade (variedade aprendida em casa)

A autora Magda Soares em seu livro “Linguagem e escola: Uma perspectiva social” espanta que:

O critério de “certo e errado” é uma questão política, economia e social. Em uma sociedade capitalista, dividida em classe, há imposição dos valores de classe dominante sobre a dominada. A escola como parte da sociedade reproduz esses valores, usa e quer ver usado por toda a cultura e a língua escrita padrão da elite dominante. (SOARES, 1987, p.56)

Refletindo sobre a luz teórica de Soares, não podemos dizer que uma língua é feia ou bonita, rica ou pobre, certa ou errada. A linguagem é adequada ou inadequada

dependendo do ambiente que estamos, sendo assim a isso, a língua deve ser analisada em seu contexto de uso, pois nem todos os lugares são propícios para a utilização de variedades linguística ou gírias. Não existe uma língua certa ou errada, o que acontece é que as pessoas ganham características da cultura onde vivem. A língua incorpora novos sons, novos vocábulos.

Genouvrier em seu livro *Linguística e Ensino do Português* expõem que aprender o português é difícil na concepção de muitos alunos devido “a língua que era apenas uma sucessão de sons toma forma por efeito de transcrição gráfica. Através da aparência escrita, a língua se materializa aos olhos da criança: ela se torna objeto acessível ao olhar. Domínio estranho e estrangeiro” [...] ( GENOUVRIER,1974 p.20)

A escrita é vista como algo difícil pelos entrevistados, devido a falta de domínio da gramática da língua. Para elas, aprender à gramática é o mesmo que aprender um novo idioma.

Já para Bagno (1999) o fato de muitas pessoas acharem o português difícil deve-se ao fato de que “o ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil”.

### **3.3.2 Aprender o português é difícil? Justifique sua resposta**

Aluno A. Não, se prestar atenção.

Aluna B. Sim, porque têm várias aprendizagens adjetivos, substantivos.

Aluna C. Não

Aluno D. Um pouco, tem algumas coisa que eu não entendo.

Aluna E. Mais ou menos, porque tem que escrever tudo certo e falar tudo certinho.

Aluno F. Não.

Aluno G. Não.

A fala da aluna E é a que mais chama atenção, pois além de mostrar preocupação em aprender à escrita, a entrevistada se preocupa também com a fala. Para essa aluna



aprender o Português é “Mais ou menos difícil, porque tem que escrever tudo certo e falar tudo certinho”.

A fala da aluna E, mostra a noção que “erro” na fala é forte no espaço escolar. Não cabe aqui julgar o discurso da aluna e sim procurar entender a língua fazendo sentido.

Para entendermos o porquê do discurso da aluna E, basta avaliarmos o contexto onde aquele discurso foi produzido, lembrando também que o sujeito é cercado de ideologia. É evidente que a aluna carrega consigo uma visão tradicionalista de que existe uma maneira correta de falar.

A aluna alimenta uma ideologia na qual ela aprendeu que é certo se falar de tal maneira.

Para Pêcheux, é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem ’e que mascarem, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1988:160).

O sujeito não controlador do dizer. Ao colocar a língua em funcionamento pressupõe um processo complexo no qual sujeito e sentido se constituem mutuamente. Podemos dizer que todo dizer é ideológico, sendo assim a língua tem um ponto de encontro com a história.

### **3.3.4 Você sabe o que são variedades linguísticas?**

Aluno A. Variedade linguística é quando uma pessoa fala diferente.

Aluna B. Sei, são diferentes pronúncias.

Aluna C. Não.

Aluno D. Não.

Aluno E. Não.

Aluno F. Não

Aluno G. Não

A maioria dos entrevistados não souberam responder a pergunta. Somente um dos entrevistados diz saber o que são variedades linguísticas e ainda assim sua resposta é confusa. Ele diz que variedade linguística é “quando uma pessoa fala diferente”. O que seria diferente na fala dessa pessoa?

Percebe-se aí, que a instituição escola ainda não se adequou para trabalhar as questões que norteiam o ensino da língua.

### **3.3.5 Você sabe o que é Preconceito Linguístico?**

Aluno A É tipo de zoar com os outros quando ele fala errado.

Aluna B. Sim, a pessoa que fala de um jeito diferente, a pessoa que fala certo tira sarro da pessoa que falou errado.

Aluna C. Sim, é você rir quando uma pessoa fala.

Aluno D. É quando você fala alguma coisa errada, alguém vai lá e dá risada de você.

Aluna E. Acho que sei. É quando uma pessoa fala errado e a outra tira sarro.

Aluno F Não.

Aluno G.Sim

Podemos perceber que a comicidade está presente na maioria da resposta, temos mais uma vez o “erro” relacionado à fala.

As perguntas abaixo visam mostrar o preconceito linguístico sofrido ou cometido pelos alunos.

### **3.3.6 - Alguém já riu do jeito que você fala?**

Aluno A. Não.

Aluna B. Não

Aluna C. Sim.

Aluno D. Sim em casa.

Aluno E. Não.

Aluno F. Já.

Aluno G. Sim.

Nota-se com as respostas do aluno C, D, F e G que o preconceito linguístico se faz presente na nossa sociedade e muitas vezes passa despercebido pelas pessoas.

Não é só no espaço escolar que o preconceito ocorre, pode ser no trabalho, num momento de diversão ou até mesmo em casa, como podemos ver na resposta do entrevistado F. O preconceito linguístico é um mal que este enraizado em nosso país desde o tempo de colonização.

#### **4.3.7 – Você já riu de alguém por causa do jeito que essa pessoa fala? O que você achou engraçado na fala dessa pessoa?**

Aluno A. Não tem pessoas que fala diferente. Um amigo meu da sala as vezes eu brinco com ele, mas não por preconceito nada, alguém que eu não conheço eu não brinco.

Aluna B Não.

Aluna C. Já.

Aluno D. Sim, às vezes.

Aluna E Eu não.

Aluno F Já.

Aluno G. Sim

Podemos notar que a maioria dos entrevistados já sofreu ou cometeu preconceito linguístico. Após as entrevistas percebi que todas as perguntas relacionaram os alunos a noção de “erro” na língua.

As respostas dos estudantes fazem com que percebamos como é forte no espaço escolar a ideologia de que existe uma língua certa, a Língua Padrão e que é ela que devemos seguir.

As análises das entrevistas tanto do professor quanto dos alunos declaram que o ensino da Língua Portuguesa ainda se dá de forma lenta, os professor entrevistado tem a consciência de que tem que ser trabalhado a língua em quanto função, mas não sabe como ensinar, pois ao mesmo tempo em que a instituição escola diz que é para ensinar a norma padrão, os livros didáticos sugerem textos e exercícios falando sobre a noção

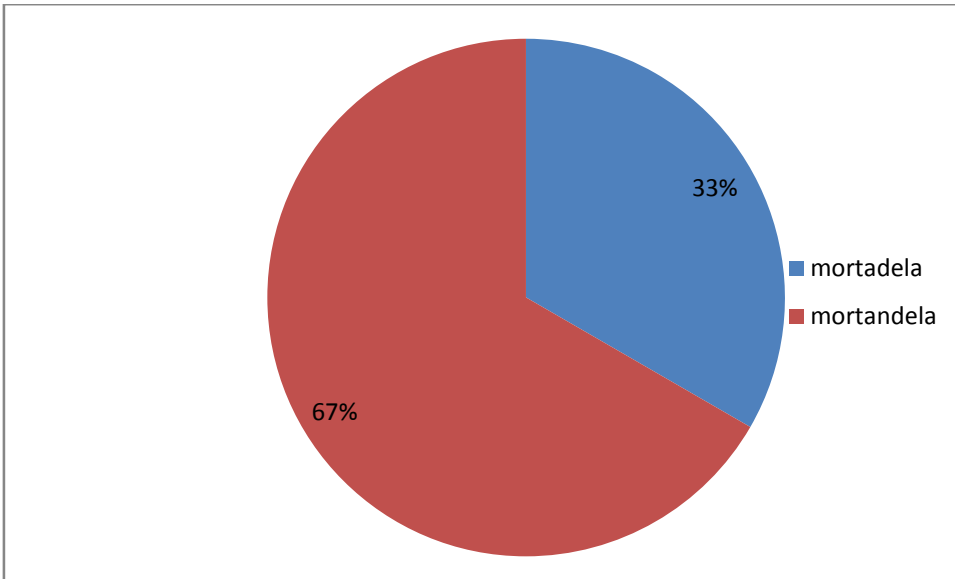
de variedade linguística, preconceito linguístico e outras questões que norteiam o ensino da língua portuguesa.

As respostas dos alunos deixam evidentes, que muitas dessas questões passam “despercebidas” ou até mesma são deixadas de lado devido o docente não saber lidar com o assunto na sala de aula.

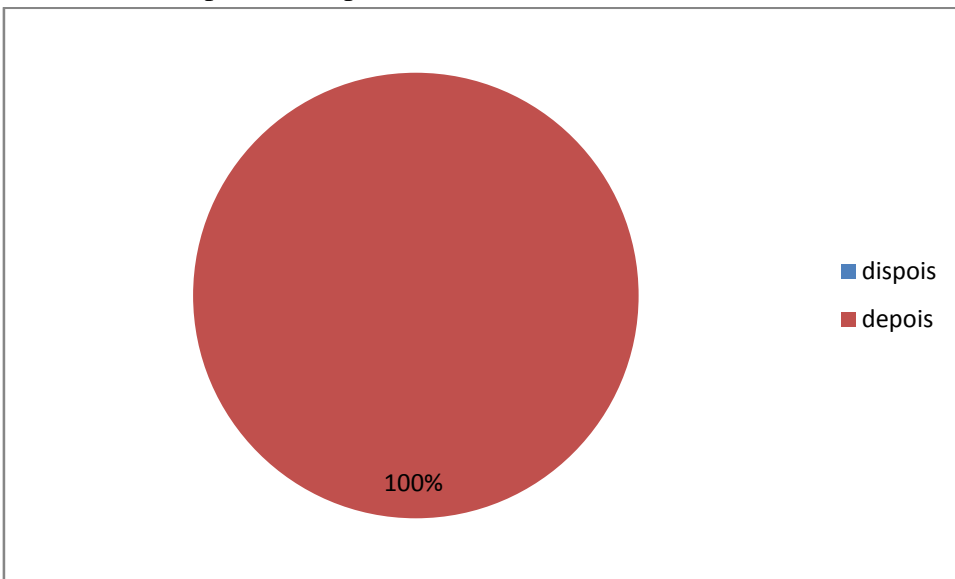
Percebe-se que o conhecimento que os alunos entrevistado, tem das questões que envolvem a língua é um conhecimento superficial, ainda consequência de um ensino tradicionalista, que mesmo depois de anos continua sendo prejudicial à educação.

### **3.7 Resultado do questionário linguístico direcionado aos alunos no momento da entrevista**

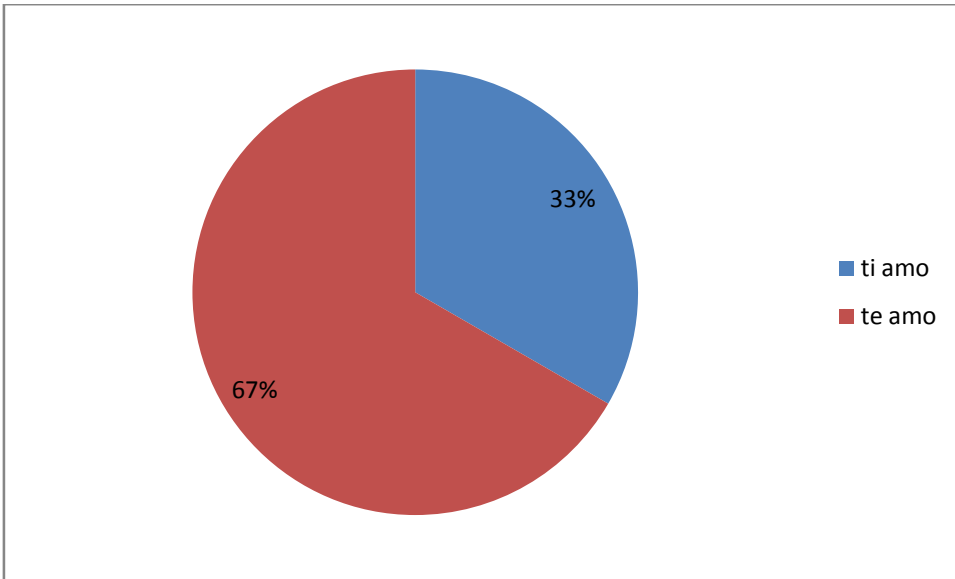
Você fala mortadela ou mortandela?



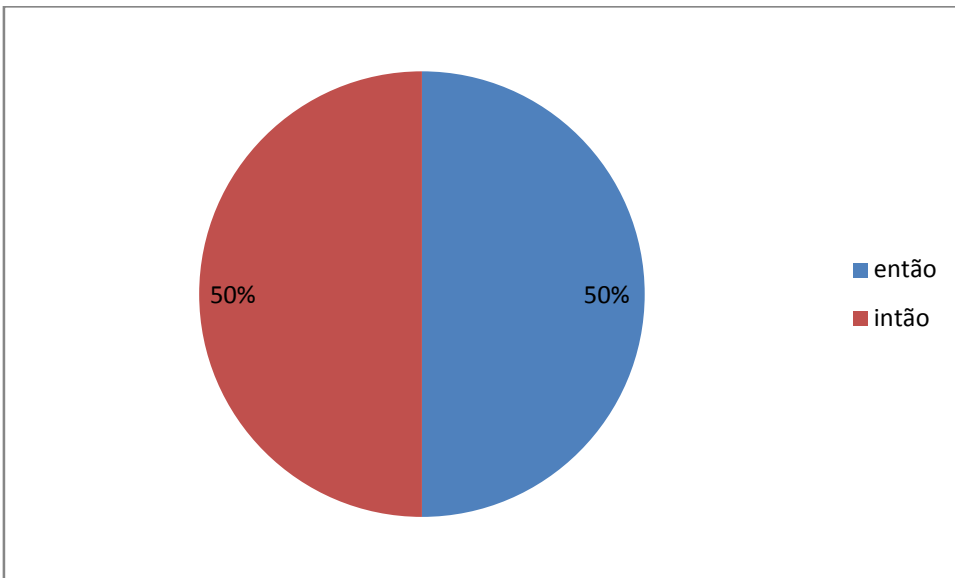
Você fala depois ou dispois?



Você fala te amo ou ti amo?



Você fala Então ou intão?



## CONCLUSÃO

Ao pensar a relação de preconceito, norma, durante anos na educação brasileira, os PCNS (Parâmetros Curriculares), procuram normatizar padrões de ensino da língua, nas escolas públicas brasileiras e enfatiza que o ensino da variação linguística deve estar presente nas atividades de língua portuguesa. Os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental colocam que no processo ensino-aprendizagem os alunos devem aprender conhecer e compreender as variações linguísticas presente na sociedade.

Propomos com esse trabalho compreender como o docente do sexto ano da escola municipal Lindolfo Jose Trierweiller estava trabalhando a relação ensino-aprendizagem a Língua Materna em relação às variedades linguísticas e mostrar como o livro didático adotado pela escola abordava essa temática.

A pesquisa foi importante para os movimentos entre os conceitos de Norma Padrão, Língua Culta, variedade linguística, preconceito linguístico e noção de erro na língua e fez com que eu compreendesse melhor o processo ensino-aprendizagem da Língua Materna no país.

O Brasil possui uma grande diversidade cultural e linguísticas, podemos constatar esse fato desde o processo da formação da Língua Portuguesa no Brasil quando o país foi colonizado por um grande número de imigrantes vindo de várias províncias.

No início da colonização do Brasil, no campo educacional não houve uma preocupação com o ensino, nem todas as pessoas tinham acesso a escola. O ensino limitava-se às escolas de ler e escrever, mantidas pelos jesuítas. Nos cursos chamados secundários, eram estudados gramática latina, retórica e grandes autores clássicos.

Em 1971 o ensino passa a ser direito de todos e dever do estado, a partir daí, a escola começa a receber um grande fluxo de crianças vindo de diversas camadas sociais. Nessa época, a instituição escola não estava preparada para lidar com as variedades linguísticas vinda do seio familiar.

Para Bezerra (2005, p. 44), “do ponto de vista linguístico, concebia-se, nessa década de 70, a língua como instrumento de comunicação” (...)

Sendo a língua um instrumento de comunicação, o ensino teria que estar voltada para prática tanto da língua escrita quanto da língua oral.

A partir de 1980, o ensino é reestruturado, os livros didáticos começaram adequar-se as novas exigências do ensino, porém foi insuficiente, pois a instituição

escola não se adequou para essas novas exigências. O material didático reformulou seus conteúdos, porém não mostrou de que forma o educador poderia adotar-se aos conteúdos propostos.

A análise de *corpus* do professor apontou que a instituição escola ainda não está preparada para lidar com as variedades linguísticas dos alunos. O entrevistado reconheceu a importância do trabalho com as variações linguísticas, entretanto não estava preparado para lidar com essas questões, transferiu essa responsabilidade do ensino das variedades ao professor pedagogo (1ª a 4ª série)

As análises de *corpus* dos alunos apontaram que não importa a pergunta que se faça todas as respostas estabelecem uma relação entre “certo” e “errado”, o “certo” está relacionado à escrita padrão (escola), o “errado” está relacionado à oralidade (variedade aprendida em casa).

O estudo do material didático mostrou propostas de atividades de reconhecimento da variedade linguística, mas não ensinou o como o professor pode trabalhá-las.

Esse trabalho proporcionou refletirmos sobre a prática docente. Percebemos durante a pesquisa a busca por uma metodologia de ensino que mostre como trabalhar a temática dentro da sala de aula.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



**ANTUNES**, Irandé, 1937. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. Irandé Antunes. - São Paulo: Parábola Editorial.

**ARANHA**, Maria Lucia. **A História da Educação** 3 ed. São Paulo, Moderna, 2006.

**BAGNO**, Marcos. **Preconceito linguístico o que é , como se faz**. São Paulo, Brasil, Loyola 1999.

----- **A Língua de Eulália: novela sociolinguística** / Marcos Bagno. 6.ed. São Paulo: contexto 2000.

-----**Linguística da Norma/** Marcos Bagno. **São Paulo: Loyola, 2002.**

-----**A Norma Oculta: Língua e Poder na Sociedade brasileira.**

Marcos Bagno, São Paulo: Parábola, 2003.

-----**Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística/** Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

**BRASIL/MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação fundamental, 1997, p. 19-41.

**BEZERRA**, Maria. A. **Ensino de Língua portuguesa e Contexto Teóricos- Metodológicos. In: Gêneros textuais e ensino** 4ª edição, Rio de JANEIRO: Lucerna Ed,2005, 232p.

**BRIGHT**, W. (org) Sociolinguistics. In: **PROCEEDING OF THE UCLA SOCIOLINGUISTICS CONFERENCE**, 1964. 3. ed. Mouton, The Hangué, 1966.

**CARDOSO**, Silvia Helena Barbi: **Discurso e ensino/Silvia Helena Barbi Cardoso**, 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica , 2003.

**FISHMAN** J. A. **A sociologia da linguagem.** In **FONSECA**, M.S.V & **NEVES**, M. F. (org) sociolinguística. Rio de Janeiro, Eldorado, 1972.

**ILARI**, Rodolfo, **BASSO**, Renato, “**O português da gente: a língua que estudamos/ a língua que falamos**”, São Paulo: Contexto, 2006.

**LUFT**, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira.**São Paulo:Globo,2002.

**MANZINI**, E.J. **A entrevista na pesquisa social. Didática**, São Paulo, V. 27/28, 1990/1991.

**MOLLICA**, Maria Cecília; **BRAGA**, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.

**MURRIE**, Zuleica de Felice, **O ensino do Português: do 1º grau universidade**. 3º edição. São Paulo: Contexto, 1994.

**ORLANDI, Eni Puccinelli** : **Análise de Discurso *princípios e procedimentos***. São Paulo: Pontes Editora, 6ª Ed. 2000.

**PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

**PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. (2000). Filosofia e História da Educação**. 15ª ed. São Paulo: Ática.

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – Primeiro e Segundo Ciclo do Ensino Fundamental**. 3ª Ed. Brasília, 1998.

**POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinam gramática na escola** . 5 ed . Campinas São Paulo: Mercado Letras, 2000.

**SOARES, Magda. Linguagem e escola: Uma perspectiva social**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

**TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística**. Ática S.A. 3º edição. São Paulo. 1990.

**VERGARA Silvia: Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Brasília, 2000.

## **REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS**

AFONSO, Monica Graziela. **História da Língua Portuguesa**. Disponível no site <http://br.monografias.com/trabalhos/lingua-portuguesa/lingua-portuguesa.shtml> acesso em 13/08/12 as 21h00min.

GUIMARÃES, Eduardo. **A língua Portuguesa no Brasil**. Disponível no site: [HTTP//cienciaecultura.bvs/Scielo.php? pid = 500096725005000200015 script = sciarttext](http://cienciaecultura.bvs/scielo.php?pid=500096725005000200015&script=sciarttext) acesso 15/08/12.

SANTOS, Nila Michele Bastos. **História da educação no Brasil da colônia ao império**. Disponível no site <http://www.slideshare.net/nilafaisca/histria-da-educao-no-brasil-da-colonia-ao-imprio#btnNext> Acesso em 16/03/2013 as 22h00min

**Obrigatoriedade do ensino a partir dos 7 anos de idade** .Disponível no site [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm) Acesso em 23/03/13 às 12h00 min.